

# DE PARAÍSO TURÍSTICO À CIDADE CRIATIVA: A SUPRESSÃO DE DEMANDAS DOS ATORES DO CAMPO DA CULTURA NO PROCESSO DE REARTICULAÇÃO DO PROJETO HEGEMÔNICO DE DESENVOLVIMENTO DE FLORIANÓPOLIS

## FROM TOURIST PARADISE TO CREATIVE CITY: THE SUPPRESSION OF CULTURAL ACTORS' DEMANDS IN THE REARTICULATION OF FLORIANÓPOLIS' HEGEMONIC DEVELOPMENT PROJECT

### **FERNANDO NICTERWITZ SCHERER**

fernandoscherer89@gmail.com  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
<https://orcid.org/0000-0003-3044-5038>

### **ALICE HÜBNER FRANZ**

alicefranz1@gmail.com  
Universidade Federal do Rio Grande - FURG  
<https://orcid.org/0000-0001-8475-2178>

### **ELOISE LIVRAMENTO DELLAGNELO**

eloiselivramento@gmail.com  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
<https://orcid.org/0000-0001-7586-0302>

## R E S U M O

Este trabalho propõe uma análise das recentes transformações no projeto de desenvolvimento da cidade de Florianópolis (SC) e de suas relações com demandas históricas de atores do campo da cultura. Alicerçada explicitamente na centralidade da expansão da atividade turística entre as décadas de 1970 e 2010, a estratégia passou a orientar-se pelo conceito de cidade criativa nos últimos anos. Tomando elementos teórico-conceituais da Teoria Política do Discurso, a ênfase deste estudo recaiu sobre os processos de articulação que permearam tais transformações. A pesquisa tem caráter qualitativo, documental e baseada em observação participante, fundamentando-se na coleta de dados primários e secundários. Os resultados apontam que o projeto de cidade criativa logrou uma rearticulação política, isolando ou absorvendo algumas demandas e reivindicações de atores que se contrapunham ao discurso de cidade turística. Não obstante, a despeito do suposto papel da cultura na concepção dominante de economia criativa, o projeto hegemônico de Florianópolis como cidade criativa não articulou as principais demandas dos atores do campo cultural.

## P A L A V R A S - C H A V E

Cidade Criativa; Cultura; Turismo; Desenvolvimento Local; Teoria Política do Discurso.

## A B S T R A C T

*This paper analyzes recent transformations in Florianópolis' development project and their relations with historical demands from cultural field actors. Since the 1970s, tourism expansion has been central to the city's strategy, which, in recent years, has increasingly aligned with the concept of a creative city. Using Discourse Political Theory as a theoretical framework, this study examines the articulation processes behind these changes. The research is qualitative in nature, documentary, and based on participant observation, drawing on both primary and secondary data. Findings suggest that the creative city project triggered political rearticulation, either isolating or absorbing opposing demands. However, despite the emphasis on culture within the creative economy narrative, the dominant vision of Florianópolis as a creative city largely overlooked key concerns of cultural field actors.*

## K E Y W O R D S

*Creative City; Culture; Tourism; Local Development; Discourse Political Theory.*

## INTRODUÇÃO

Quando pensamos na estratégia de desenvolvimento da cidade de Florianópolis, é possível afirmar que as diferentes visões de mundo dos atores sociais e econômicos da cidade expressam distintos interesses e perspectivas de projeto. Não se pode assumir, a priori, qualquer unanimidade em prol de um projeto ou estratégia particular de desenvolvimento. Isso porque projetos de desenvolvimento envolvem diferentes setores, organizações e atores políticos, econômicos e sociais, os quais buscam legitimar suas visões em torno dessa temática (Sugahara & Rodrigues, 2019).

Partindo dos pressupostos da Teoria Política do Discurso (TDP) e afastando-nos de uma compreensão racionalista e consensual da política, compreendemos processos desta natureza como processos articulatórios. Nesta concepção, articulações são processos de construção de sentidos e identidades coletivas, os quais envolvem afetos, paixões, interesses e processos de identificação (Laclau & Mouffe, 2015a). A TDP parte do conceito de hegemonia para a análise das articulações que constituem formações sociais históricas (Laclau & Mouffe, 2015a). Nestes termos, a consolidação de um projeto de desenvolvimento enquanto projeto hegemônico depende da sua capacidade de articular politicamente um conjunto de forças históricas dispersas e fragmentadas (Laclau & Mouffe, 2015a).

O presente artigo propõe uma mirada para o atual projeto hegemônico de desenvolvimento de Florianópolis. Alicerçada na centralidade da expansão da atividade turística entre as décadas de 1970 e 2010, sua estratégia passou gradualmente a orientar-se pela concepção de cidade criativa nos últimos anos. Uma vez que o discurso da economia criativa confere destaque ao suposto papel dos elementos e práticas culturais, a análise buscou explorar a dimensão política

das relações entre este projeto e os atores e organizações do campo da cultura (Kong et al., 2006). Buscamos, responder ao seguinte questionamento: quais são os processos de articulação e exclusão das demandas dos atores do campo da cultura no contexto da transformação do projeto de desenvolvimento local da cidade de Florianópolis? Dessa forma, nosso objetivo central foi compreender os processos articulatórios subjacentes a essa transformação, identificando os movimentos de articulação/exclusão das demandas dos atores do campo da cultura no processo.

A despeito do recorte adotado neste estudo não estar diretamente relacionado às temáticas mais recorrentes na área dos Estudos Organizacionais, tais como os debates sobre estrutura organizacional ou sobre práticas financeiras e de coordenação e controle; a presente proposta insere-se nas discussões sobre políticas públicas e sobre a organização do espaço urbano. No Brasil, a preocupação com a questão do desenvolvimento local e seus impactos para as organizações não é novidade, podendo ser identificada em estudos como os de Fischer (2002) e Martins et al. (2010).

No âmbito dos estudos críticos, o próprio conceito de desenvolvimento vem sendo escrutinado enquanto um dos elementos centrais das disputas pelos sentidos das práticas administrativas e organizacionais. Ibarra-colado (2006), por exemplo, forneceu uma chave interpretativa fundamental para a relação entre desenvolvimento e organização à luz da colonialidade epistemológica na Administração. Mais recentemente, a premissa de que a organização dos espaços sociais envolve disputas políticas vem sendo também sustentada por outros estudos da área, tais como os de Gonsalves e Dellagnelo (2025) e Da Silva e Muzzio (2023).

Assim, acreditamos que o estudo dos processos de desenvolvimento urbano, especialmente de capitais como Florianópolis, pode oferecer importantes contribuições ao campo da Administração e dos Estudos Organizacionais, ao lançar luz sobre como as dinâmicas políticas, sociais e econômicas influenciam a construção de projetos e estratégias de desenvolvimento que, por sua vez, impactam na organização da cidade e das políticas públicas. Partimos do pressuposto, fundamentado em Laclau e Mouffe (2015a), de que toda articulação pressupõe uma organização específica e toda organização tem um caráter político.

Nesse sentido, buscamos somar aos estudos já existentes no campo que abordam o desenvolvimento urbano e das cidades (Albuquerque Filho & Machado-da-Silva, 2009; Sant'Anna, 2023; Saraiva & Enoque, 2019; Silva, 2016) e contribuir para a compreensão de como um projeto hegemônico de cidade se constitui, entendendo-o também como um processo organizacional. Outrossim, ao adotar uma abordagem discursiva, que inclui a análise de processos articulatórios, buscamos compreender melhor como as organizações e os atores sociais e econômicos se posicionam, interagem e moldam as estratégias de desenvolvimento urbano.

Dito isso, na sequência desta seção introdutória, apresentamos brevemente alguns elementos da TDP que contribuem para a análise proposta. Posteriormente, são descritos os procedimentos de pesquisa. A penúltima seção é dedicada à análise das articulações que constituem o projeto hegemônico da cidade e de suas relações com atores e organizações do campo cultural. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

## ASPECTOS TEÓRICOS ACERCA DA TEORIA POLÍTICA DO DISCURSO

A TDP desenvolveu-se a partir dos primeiros escritos conjuntos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe em 1985. No arcabouço teórico dos autores, a noção de hegemonia ganha um destaque central para a compreensão das unidades existentes em diferentes formações sociais concretas. As origens do conceito podem ser reconstituídas desde seu uso na social-democracia russa, mas foi Gramsci (2006) quem atribuiu-lhe um novo significado, concebendo-o como uma fase política das relações de força, na qual elementos disruptivos podem sempre emergir. Por este viés, a arena do embate político é uma arena de equilíbrios tênues, mutáveis, dinâmicos e historicamente constituídos.

Partindo deste constructo, Laclau e Mouffe (2015a, 2015b) argumentam que as formações hegemônicas constroem enlaces que envolvem e transformam diferentes identidades políticas. A dinâmica deste processo envolve, de um lado, o estabelecimento de pontos de relativa fixação do sentido da realidade social e, de outro, o estabelecimento de limites de exclusão do campo discursivo a partir de antagonismos. Esta concepção de base lacaniana e pós-estruturalista assume que toda prática social é discursiva, articulatória e implica na construção de novas diferenças. Uma formação discursiva é compreendida como uma regularidade em dispersão, ou seja, como um conjunto de posições diferenciais articuladas por um discurso.

Na medida em que não admite que esse conjunto possa consistir em expressão de qualquer princípio exterior ou transcendente a ele próprio, a TDP propõe que sua totalidade estruturada pode existir apenas como representação precária e parcial (Laclau & Mouffe, 2015a). Para Laclau (2011), a relação hegemônica é decorrente justamente do processo através do qual um conteúdo particular assume contingencialmente a função de representação de uma plenitude ausente – ou faltante, se quisermos recorrer à compreensão lacaniana da falta constitutiva.

Toda identidade é relacional por esse viés, na medida em que todo elemento ocupa uma posição diferencial em uma totalidade discursiva articulada, e a representação de uma totalidade parte sempre de um particular que se ‘universaliza’ através do esgarçamento de seu próprio significado. Sendo assim, os elementos de qualquer formação discursiva têm o caráter de significantes flutuantes e não se submetem a uma articulação plena a este ou àquele discurso. Tal caráter penetra a identidade social, tensionando constantemente os pontos de fixação de sentido das hegemonias (Laclau & Mouffe, 2015a).

Já o conceito de articulação é utilizado para definir qualquer prática capaz de estabelecer “uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória” (Laclau & Mouffe, 2015a, p. 178). Já mencionamos que o conceito de discurso, por sua vez, indica a totalidade estruturada que resulta desta prática. As posições diferenciais, na medida em que aparecem articuladas no interior de um discurso, são chamadas de momentos. Por contraste, é chamada de elemento toda diferença não discursivamente articulada. A categoria ponto nodal emerge, neste arcabouço, em referência aos supracitados pontos de fixação parciais, contingentes e precários dos sentidos.

A lente teórica da TDP tem sido cada vez mais utilizada para compreender a dinâmica dos mais diferentes contextos sociopolíticos, especialmente útil para a compreensão da natureza complexa

e discursiva do social (Rodrigues & Coelho, 2016). Capaz de lançar luz para a existência das formações hegemônicas e dos antagonismos que permeiam a sua construção, a ontologia política do social traz à primeira instância o momento político da construção de sentidos, rompendo com qualquer noção da realidade enquanto uma totalidade fundada a partir de estruturas fixas.

A afirmação da primazia do político propõe que todo discurso, ou todo projeto que se busca totalizante, é finito, ou seja, possui suas margens e suas brechas. Dessa forma, o antagonismo está sempre imerso em um campo de construção, precário e contingente, dos discursos que buscam preencher sentidos e tornar-se hegemônicos. Assim, o social é, ao mesmo tempo, jogo infinito das diferenças e das tentativas de estabelecimento de ordem. A sensibilidade ao conflito, o reconhecimento da existência de disputas/lutas por estabelecimento de significados e hegemonia, e a abertura ao político e ao reconhecimento da natureza contingente e precária do social inerentes à perspectiva têm instigado e despertando o interesse de estudiosos em distintas áreas do conhecimento.

Conforme apontam Dellagnelo et al. (2014) diferentes pesquisas do campo dos estudos organizacionais têm sido produzidas nos últimos anos, as quais articulam a teoria política do discurso a este campo, visando, especialmente, compreender os diferentes modos de organizar e a construção identitária do social a partir de um viés não essencialista e pós-estrutural.

Dentre esses estudos pode-se citar aqueles que se dedicaram às temáticas do controle no âmbito das organizações (Willmott, 2005), da aprendizagem organizacional (Contu et al., 2003), do empreendedorismo no ensino superior (Bridgman, 2007), do desenvolvimento sustentável e da produção de relatórios socioambientais em organizações (Tregidga et al., 2014; 2018), da liderança (Jones et al., 2020;) e da criatividade nos estudos organizacionais (Josefsson & Blomberg, 2020). Além desses, pode-se citar também estudos brasileiros desenvolvidos em torno da organização do espaço urbano (Lacerda & Mello, 2020), da economia criativa (Franz & Dellagnelo, 2024) e estudos que abordam a temática da resistência (Barcellos et al., 2017).

Nos termos adotados, caracterizar um projeto de desenvolvimento enquanto hegemônico significa assumir que tal projeto acomoda um equilíbrio dinâmico que articula/exclui organizações e práticas administrativas diversas, provando-se capaz de suplantar propostas alternativas de desenvolvimento em um dado período. Ao conceber o desenvolvimento urbano e a organização não como expressões necessárias de uma racionalidade técnica ou econômica, mas como resultados contingentes de práticas articulatórias que buscam fixar sentidos em torno de determinados pontos nodais; nossa proposta consistiu em investigar o projeto hegemônico de desenvolvimento da cidade de Florianópolis com especial atenção aos processos de articulação e exclusão das demandas do campo cultural.

Deste modo, a mobilização da Teoria Política do Discurso para a análise de projetos de desenvolvimento urbano permite dialogar com a literatura do campo que compreende o espaço urbano não como algo dado ou neutro, mas como uma construção social e política, resultante de disputas, tensões, divergências, negociações e processos de exclusão. Nesse bojo, inserem-se estudos críticos sobre desenvolvimento urbano que enfatizam que a produção do espaço urbano e, conseqüentemente, as políticas públicas e os modelos de desenvolvimento a ele associados, reflete interesses específicos e produz efeitos desiguais sobre os diferentes grupos que ocupam

e compartilham esse espaço (Harvey, 2012; Lefebvre, 1991; Sant'Anna, 2023; Saraiva & Enoque, 2019; Silva, 2016).

No caso das políticas orientadas à economia criativa, embora o tema seja frequentemente apresentado enquanto inovador, inclusivo, diverso, sustentável, aliado ao empreendedorismo, na prática, sua operacionalização tende a privilegiar determinados setores, territórios e atores, principalmente aqueles mais alinhados à lógica do mercado, da competitividade e da inovação tecnológica (Mould, 2015; Dinardi, 2019; Schlesinger, 2017; Franz & Dellagnelo, 2024). Deste modo, a economia criativa acaba também se configurando não enquanto um conceito neutro e fechado, mas um conceito que se encontra em disputa por significações, e, enquanto tal, possui suas hegemônias e antagonismos e, conseqüentemente, tem seus limites e sistemas de poder e de exclusão.

Esse debate dialoga, ainda, com contribuições dos estudos organizacionais que compreendem a organização do espaço social como resultado de práticas articulatórias e de disputas políticas (Lacerda & Mello, 2020; Gonsalves e Dellagnelo, 2025; Da Silva e Muzzio, 2023). Nessa perspectiva, organizar cidades e territórios envolve processos de negociação, de definição de prioridades, de alocação de recursos e de formulação de políticas públicas, por meio dos quais determinadas demandas são privilegiadas, enquanto outras permanecem marginalizadas ou excluídas. Ao articular a Teoria Política do Discurso a esses debates, este artigo parte do entendimento de que projetos de desenvolvimento local envolvem a constituição de formações hegemônicas contingentes, iluminando o caráter político e discursivo da produção social do espaço urbano e das estratégias de desenvolvimento local.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se caracteriza por ser de natureza qualitativa, documental e baseada em observação participante, ancorada em uma perspectiva pós-estruturalista e não essencialista, tomando a TDP como lente analítica para interpretar os processos de articulação que compõem o projeto hegemônico de desenvolvimento de Florianópolis. Nesse sentido, a pesquisa baseou-se na coleta e análise de dados primários e secundários. No que tange aos dados primários, os mesmos foram provenientes de observações participantes registradas através de anotações em diário de campo realizadas entre 2023 e 2024 em espaços e eventos considerados relevantes para a disputa de sentidos em torno do desenvolvimento urbano e da política cultural da cidade. Entre os eventos observados, destacam-se: encontros e eventos promovidos pela rede FloripaAmanhã e seus parceiros, a 10ª Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis, a 4ª Conferência Estadual de Cultura de Santa Catarina, as reuniões do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis (CMPCF) ocorridas no ano de 2024, ato político de lideranças do campo da cultura da cidade de Florianópolis (15 de março de 2024), processos de oitivas da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional Aldir Blanc. Cabe destacar que as anotações de campo foram transcritas, posteriormente organizadas, lidas e sistematizadas conforme os mesmos procedimentos adotados para os demais materiais empíricos.

Os dados secundários utilizados compreendem notícias veiculadas em sítios e jornais locais, publicações em redes sociais e outras pesquisas já publicadas sobre o tema, os quais permitiram verificar os discursos produzidos acerca do desenvolvimento da cidade e, assim, constituir uma narrativa histórica que engloba os processos de articulação em torno dos discursos da cidade criativa e de cidade turística. Para além disso, foram analisados registros oficiais que expressam as reivindicações e posições do CMPCF, tais como: ofícios, notas e moções, atas de reuniões ordinárias ocorridas entre os anos de 2023 e início de 2025, documentos informativos produzidos pelo Conselho e materiais de formação de conselheiros.

Cabe destacar que, diante da necessidade de sistematizar e organizar um conjunto empírico diverso e volumoso, os dados coletados, tanto primários quanto secundários, foram tratados por meio da análise de conteúdo, fundamentada nos pressupostos da vertente proposta por Bardin (2016) e desenvolvida a partir das etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Importante mencionar que a análise de conteúdo possibilitou organizar esse conjunto de materiais, identificar regularidades discursivas e estruturar categorias preliminares que, posteriormente, foram interpretadas à luz dos conceitos da Teoria Política do Discurso.

Deste modo, realizamos, inicialmente, uma pré-análise do material coletado, caracterizada pelo levantamento, organização e seleção dos dados que compuseram o corpus da pesquisa. Essa etapa envolveu a definição de critérios de inclusão a partir da seleção de materiais relacionados ao debate público sobre o desenvolvimento de Florianópolis, turismo, economia criativa e políticas culturais, bem como a realização de uma primeira leitura atenta do conjunto de documentos. Os critérios de seleção consideraram a relevância temática do material em relação às estratégias de desenvolvimento local da cidade, a presença explícita de discursos sobre desenvolvimento, turismo, economia criativa e cultura e vinculação do conteúdo a atores institucionais, governamentais ou coletivos com atuação reconhecida no campo. Posteriormente, buscamos explorar de forma mais aprofundada os dados coletados a partir da leitura, da sua organização e agrupamento temático tendo em vista critérios de recorrência e aspectos em comum que emergiram dos dados, tais como: construção da vocação turística de Florianópolis, economia criativa como motor de desenvolvimento, exclusão das demandas culturais. Por fim, foi realizada a interpretação das informações obtidas a partir das etapas anteriormente descritas, orientada pelos conceitos da TDP, tais como: articulação, antagonismo, significante vazio, cadeia de equivalência, hegemonia e discurso, o que permitiu tensionar as sobredeterminações políticas e históricas que conformam o projeto de desenvolvimento da cidade de Florianópolis (Laclau & Mouffe, 2015).

## **ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE FLORIANÓPOLIS – SC**

### **A política de construção da vocação turística de Florianópolis e seus limites**

Florianópolis é tradicionalmente exaltada pela mídia nacional, pelas autoridades públicas locais e pelos atores econômicos, os quais enfatizam atributos como a beleza natural, os elevados índices

de Desenvolvimento Humano e a segurança. A indústria turística busca construir a imagem do município como um destino marcado por belas praias, natureza exuberante e uma diversidade de atrações culturais (Assis, 2000). Estes atributos foram historicamente conferidos como parte de um projeto de difusão da imagem da cidade enquanto um 'paraíso turístico' (Lenzi & Cargnin Gonçalves, 2011). Assis (2000) também destaca que a construção da 'Florianópolis Capital Turística' é parte de um projeto político mais amplo, e analisa como a construção discursiva de uma nova imagem para a cidade suplantou a 'Florianópolis Provinciana' de outrora, a partir da atribuição (igualmente discursiva) de uma vocação turística para a cidade atrelada ao sentido de desenvolvimento.

À luz do cabedal teórico de Laclau e Mouffe (2015), esse conjunto de atributos não funciona apenas como mera descrição da cidade, mas resulta de um processo articulatório por meio do qual determinados sentidos de desenvolvimento, progresso e modernidade são fixados discursivamente. A imagem de 'paraíso turístico' ou de 'capital turística' opera, assim, como um significante capaz de organizar e privilegiar certas prioridades políticas, econômicas e urbanísticas, ao mesmo tempo em que marginaliza outras leituras possíveis sobre a cidade.

Os anos 1960 inauguraram a atenção política local voltada ao turismo, marcando também a primeira construção explícita de um projeto de desenvolvimento local na cidade (Assis, 2000). Ferreira (1992) aponta que, nesse período, as comunidades tradicionais passaram a sentir os efeitos do processo de 'balnearização' e que mudanças irreversíveis ocorreram em seu modo de vida, até então basicamente autossuficiente. A partir da segunda metade da década, organizam-se também as primeiras empresas do segmento turístico no município. Nos anos 1970, consolidou-se uma proposta claramente voltada a beneficiar a expansão do turismo e dar nova dimensão à paisagem da ilha, com a retomada de grandes obras de infraestrutura. Grandes obras foram realizadas na tentativa de conciliar um objetivo duplo: aumentar o fluxo de turistas e superar os ares provincianos que eram atribuídos à cidade (Assis, 2000). A retomada do projeto de Plano Diretor da cidade, em 1976, constituiu um marco fundamental na institucionalização dessa estratégia.

Na década de 1980, foi promovida a supervalorização da atividade turística enquanto saída estratégica para crise nacional e estadual que incidia naquele período. A crescente vinculação do turismo ao desenvolvimento estendeu-se à década de 1990, na qual inaugurou-se outra etapa do projeto, caracterizada pela emergência de novos atores e pelas tentativas de atração de turistas estrangeiros e/ou de alto poder aquisitivo. A qualificação da oferta e a construção de grandes empreendimentos denominados 'padrão internacional' são evidências fundamentais deste processo. Na época, a administração pública realizou campanhas visando consagrar Florianópolis como 'Capital Turística Internacional' (Assis, 2000).

Zanella (1999) analisa o discurso sobre o turismo na cidade entre os anos de 1983 e 1998, identificando a promoção do desenvolvimento da indústria turística como um interesse apresentado como comum a todos os catarinenses. A autora destaca como o discurso que promove Florianópolis como 'capital turística do Mercosul' constrói não apenas uma imagem da cidade voltada 'para fora', enquanto produto turístico, mas atua também no plano interno, entre os moradores, de forma a impulsionar e promover a relação entre o turismo, o progresso, e o desenvolvimento.

Neste contexto, o turismo passa por um processo histórico no qual deixa de figurar apenas como uma atividade econômica específica e isolada e passa a operar como um ponto nodal do

discurso sobre o desenvolvimento da cidade de Florianópolis, mostrando-se capaz de articular demandas distintas - tais como de modernização, geração de renda, melhora de infraestrutura, visibilidade internacional, melhoria das condições de vida, progresso - em torno de um projeto de desenvolvimento que se consolida, no período em questão, como a estratégia hegemônica de desenvolvimento da cidade.

Este processo de hegemonização está evidenciado em instrumentos normativos, na orientação e na alocação de investimentos públicos, na priorização de determinados territórios da cidade e na produção seletiva do espaço urbano. Dados atuais contribuem para dimensionarmos o impacto deste processo. De acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (2024), dos cerca de 129.180 empreendimentos existentes no município em 2024, mais de 42.000 eram empreendimentos ligados à atividade turística. Somente em 2023, o chamado 'ICMS turístico' foi responsável pela arrecadação de cerca de R\$91,1 milhões, valor que corresponde a mais de 20% do valor arrecadado no estado de Santa Catarina. Já o recolhimento de Imposto Sobre Serviços do setor foi de cerca de R\$20,1 milhões no mesmo ano.

Não obstante a relevância destes dados econômicos, uma das expressões mais simbólicas do caráter dominante do projeto de desenvolvimento calcado na expansão da indústria turística encontra-se no fato de que Florianópolis é uma das poucas capitais brasileiras a reunir, em um único órgão, as secretarias de turismo, tecnologia e desenvolvimento econômico. No âmbito da construção discursiva, destacam-se também as campanhas publicitárias de promoção da cidade como a 'Capital Turística do Mercosul' e como 'Capital Turística Internacional' da década de 1990. Financiadas com recursos públicos e relacionadas a políticos influentes, estas campanhas estiveram atreladas às modificações estruturais promovidas na cidade à época, conforme evidenciam Assis (2000), Zanella (1999) e Lenzi e Cargnin Gonçalves (2011).

A análise orientada pela TDP indica que o projeto em questão logrou constituir uma cadeia de equivalência, sobretudo entre o final da década de 1960 e o início da década de 1990 (Laclau & Mouffe, 2015a). Articulando interesses diversos - como de importantes atores econômicos, proprietários de terra, comerciantes, funcionários públicos, atores governamentais, movimentos ambientalistas, entre outros -, o projeto foi capaz de apresentar-se como uma forte representação do interesse comum. Não obstante, a despeito da força de representação que o discurso de cidade turística foi capaz de articular, como é próprio da dinâmica do equilíbrio hegemônico, o 'fechamento' a que historicamente o projeto se propôs alcançar foi sempre incompleto e precário enquanto representação do interesse da totalidade dos atores da cidade (Laclau & Mouffe, 2015a).

Na virada entre as décadas de 1980 e 1990, observou-se, em Florianópolis, a proliferação e o aprofundamento de demandas não respondidas pelo projeto de cidade turística. Dados evidenciam que, em 1980, a população não nativa correspondia a 33% do total de habitantes, percentual que atingiu 48% na virada para o século XXI<sup>1</sup>. Siqueira (1999) chama a atenção para os processos de expansão das favelas e de constituição de zonas de periferia no continente. Meirelles (2016) evidencia, em seu estudo, consequências culturais, socioeconômicas e ambientais adversas do

1 Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/dossie-nd-mais-de-um-seculo-de-favelizacao-em-florianopolis/>. Acesso em: 19 fev. 2026.

turismo de massa na capital catarinense. Já Locks e Tonini (2006) identificam a descaracterização da cultura açoriana na ilha e a dificuldade dos nativos da região diante dos processos especulativos’.

Lenzi e Cargnin Gonçalves (2011, p. 15) observam que, através da expansão da indústria turística, a cidade é transformada simbolicamente em produto, na medida em que elementos espaciais, culturais e simbólicos são disponibilizados e produzidos para o uso turístico e têm sua dinâmica transformada para atender às visitas. A irreversibilidade da transformação dos modos de vida e da cultura locais é também abordada por Ferreira (1992). Segundo o autor (1992), ao mesmo tempo em que contribuiu para a desarticulação da produção artesanal das comunidades litorâneas, o desenvolvimento turístico atendeu deficitariamente às necessidades de geração de emprego e renda para as populações autóctones.

Dessa forma, a expansão da atividade turística em Florianópolis não pôde acontecer sem a erupção de conflitos socioambientais. No entanto, a organização da sociedade civil para combater os problemas decorrentes dessa estratégia ocorreu “de forma gradual, em função das dificuldades impostas por uma complexa rede de atores que passaram a interagir no processo de redefinição do espaço de desenvolvimento urbano” (Ferreira, 1992, p. 115). Como destaques recentes, podem ser mencionados os movimentos Ponta do Coral 100% Pública e SOS Naufragados (2015, *online*), bem como as práticas de resistência às alterações/concepções do Plano Diretor da Cidade e a articulação das organizações de bairro contra a modernização urbana (Justen, 2017).

Cabe salientar que os efeitos acima mencionados não devem ser compreendidos como consequências acidentais do processo, mas como resultados de uma articulação discursiva que deu prioridade para determinadas formas de uso do território e de produção cultural em detrimento de outras. Deste modo, as demandas das comunidades tradicionais, dos trabalhadores da cultura e dos moradores das áreas periféricas permanecem fora da cadeia de equivalência que sustentou o projeto turístico, figurando como diferenças não articuladas ao discurso dominante (Laclau & Mouffe, 2015a, 2015b).

A erupção dessas diferenças não discursivamente articuladas evidencia, portanto, os limites do discurso turístico enquanto projeto hegemônico de desenvolvimento de Florianópolis e aponta para as possibilidades de seu esgotamento político, bem como as condições de possibilidade para sua rearticulação, processo que será explorado na seção seguinte, a partir da emergência do discurso da economia criativa.

## **A rearticulação do discurso sobre o desenvolvimento local e a supressão de demandas dos atores e organizações do campo da cultura**

Nos últimos anos, a estratégia de desenvolvimento de Florianópolis passou por uma importante rearticulação política, passando a orientar-se pelo conceito de cidade criativa, tendo a economia criativa como um de seus eixos centrais. Acreditamos tratar-se de uma rearticulação na medida em que não há um rompimento total com o discurso anteriormente calcado no turismo, mas sua reorganização em torno de novos significantes centrais. Deste modo, a economia criativa passa a

operar enquanto ponto nodal e a organizar demandas e sentidos dispersos em torno da promessa de desenvolvimento, modernização e inserção competitiva da cidade.

Há, na economia criativa, segundo Madeira (2014), um entrelaçamento da cultura aos discursos da tecnologia e da inovação, que conjuga o conjunto das produções culturais à produção de softwares e às criações funcionais, tais como arquitetura e design. De acordo com Oliveira (2016), a criatividade passa a não ser mais uma exclusividade para artistas e trabalhadores da área da cultura, mas para gestores, políticos e profissionais autônomos. Porém, a criatividade não fica restrita ao nível do sujeito, estendendo-se ao sistema produtivo e, conseqüentemente, à economia e à política. Nesse sentido, a criatividade passa a não ser somente uma característica própria de indivíduos, mas passa a ser chave enquanto recurso para a construção de uma sociedade pós-industrial, marcada pela valorização do trabalho caracterizado como imaterial e pelo fortalecimento de uma classe criativa (Florida, 2012). Emerge, assim, uma cadeia conceitual acerca da criatividade que engloba determinados grupos sociais (classes criativas), um setor industrial (indústria criativa), territórios (cidades criativas, clusters criativos, territórios criativos), bem como um nicho da economia de uma sociedade, a economia criativa (Tremblay, 2011).

Desse modo, durante a segunda década do século XXI, a interseção entre tecnologia e indústria criativa emergiu como um catalisador significativo na transformação das narrativas sobre Florianópolis (Lenzi, Gonçalves & Andrade Neto, 2023). Esse fenômeno resultou na atribuição, por parte dos agentes hegemônicos locais, de uma nova "vocaçã" à cidade, centrada na economia criativa.

Importante destacar que, em Florianópolis, o desenvolvimento da economia criativa esteve principalmente ligado a dois aspectos. Inicialmente, observamos que, na década de 1990, o crescimento do turismo na cidade levou ao surgimento de iniciativas econômicas voltadas para as indústrias de alta tecnologia (FERREIRA, 1992). Esse período marcou o início de um impulso significativo para o setor tecnológico em Florianópolis, que se consolidou como um dos pilares da economia criativa local. Segundo, a inclusão, em 2014, de Florianópolis no rol de Cidades Criativas da UNESCO, no segmento de gastronomia. A centralidade conferida ao segmento gastronômico corrobora a evidência do vínculo entre o projeto de cidade criativa e a manutenção da expansão da atividade turística. A partir destas vinculações, destacam-se os elementos de continuidade do projeto, os quais remetem à ideia de rearticulação.

Conforme apontam Lenzi, Gonçalves e Andrade Neto (2023), um dos primeiros marcos do redirecionamento analisado foi a construção, em 2008, da primeira versão da Agenda de Desenvolvimento Floripa 2030. O projeto buscou definir estratégias econômicas, socioculturais e urbano-territoriais para o desenvolvimento a longo prazo da cidade e tem orientado, desde então, a agenda estratégica de seu desenvolvimento (Floripa 2030, 2008). Apesar de ter sido elaborado por um conjunto de quase cem entidades, Andrade Neto e Pereira (2021) apontam que a maioria dos participantes ativos na elaboração do documento defendiam interesses privados. Além disso, o suposto caráter coletivo de sua construção foi um dos principais fatores explorados para sua legitimação.

Dentre as estratégias elencadas nessa Agenda, logo a primeira merece destaque, haja vista seu claro direcionamento à economia criativa: “Estratégia I – Florianópolis, sinônimo de qualidade: “cidade líder na economia do conhecimento” mediante incentivos aos novos setores criativos da

economia” (Floripa 2030, 2008). A estratégia concedeu ênfase às políticas de desenvolvimento das indústrias e empresas de tecnologia, favorecendo setores considerados ‘mais dinâmicos’. Como resultado de sua operacionalização, na última década, a interseção entre tecnologia e indústria criativa emergiu como um catalisador significativo na transformação das narrativas sobre Florianópolis (Lenzi et al., 2023).

O processo foi acompanhado de um *boom* de iniciativas privadas do setor de inovação e tecnologia. Florianópolis despontou nos últimos anos como um importante polo tecnológico e inovativo do país, sendo considerada, inclusive, como a “Ilha do Silício da América Latina”. Essa construção reforça a associação entre cidade e economia criativa como vetor central das estratégias de desenvolvimento de Florianópolis, deslocando a centralidade anteriormente atribuída ao turismo.

Dados recentes mostram que Florianópolis é uma das cidades que mais contribuem para que o estado de Santa Catarina se destaque no ranking brasileiro de empresas de tecnologia, sendo o sexto estado com maior número de empresas do setor (17,7 mil, 4,2%)<sup>2</sup>. Além disso, dados do Observatório de Negócios do Sebrae de Santa Catarina apontam um crescimento, na última década, de 820% nas empresas do segmento de economia criativa no estado, sendo que Florianópolis lidera o ranking, com 5.689 empresas ativas<sup>3</sup>

Na esteira das iniciativas voltadas à tecnologia, ganham destaque a construção do Parque Tecnológico Alfa, primeiro parque tecnológico da cidade, em 1993, e do Sapiens Parque, em 2002, iniciativas que impulsionaram o desenvolvimento da região ao longo da SC-401, rodovia que conduz à região norte da ilha. Nos anos seguintes, essa área testemunhou uma expansão significativa, abrigando outras importantes iniciativas do setor tecnológico, como a Incubadora Celta, a Sede do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SC), além da instalação de diversos outros empreendimentos privados de médio e grande porte, tornando a região “berço do polo de TI na capital” (SC Inova, 2024).

Em conjunto, conforme apontam Lenzi et al. (2023), também se atualizaram as narrativas em torno da produção social do espaço. A criação, em 2013, de um projeto de “rota da inovação” é um demonstrativo disso. O projeto da rota, que conecta o Sapiens Parque ao aeroporto da cidade, consiste em um trajeto planejado que destaca iniciativas que promovam a inovação e a tecnologia na cidade. Dentre outros fatores, o projeto busca envolver a comunidade “[...] na criação da identidade visual que destacará a vocação tecnológica da capital catarinense.” (Fapesc, 2024, *online*). Subjacente a essas iniciativas tem-se o intento de impulsionar economicamente regiões de Florianópolis que não estão no circuito turístico da cidade, como a rodovia SC-401, através de empreendimentos de alto impacto econômico (Lenzi et al., 2023).

O centro histórico da cidade também foi incorporado às estratégias de desenvolvimento orientadas pela economia criativa. Nesse contexto, destaca-se a criação do projeto Centro Sapiens, lançado em 2015 pela Prefeitura de Florianópolis, cujo objetivo declarado era transformar a região leste do Centro Histórico em um Distrito Criativo. Distritos criativos constituem estratégias

2 Disponível em: <https://www.acate.com.br/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio-de-Atividades-ACATE-2021.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.

3 Disponível em: <https://www.sebrae-sc.com.br/observatorio/potencial-de-mercado/mercado-de-economia-criativa>. Acesso em: 19 mar. 2026.

recorrentes de desenvolvimento urbano e econômico, frequentemente associadas a processos de revitalização ou requalificação de áreas marcadas por desinvestimento e degradação urbana, como antigas zonas industriais ou portuárias (Sanfelic, 2017).

No caso de Florianópolis, a formulação do projeto foi justificada pela necessidade de reverter a imagem de um centro histórico degradado e abandonado, marcado por problemas como acúmulo de lixo, presença de pessoas em situação de rua e falta de acessibilidade (Gonsalves; Dellagnelo, 2025). Inspirado em experiências internacionais, como 22@Barcelona, o Centro Sapiens foi apresentado como uma estratégia capaz de promover prosperidade econômica por meio do fomento à economia criativa. Contudo, a análise do desenho institucional e dos instrumentos mobilizados pelo projeto evidencia que a revitalização proposta esteve fortemente orientada ao atendimento das demandas de iniciativas privadas, sobretudo do setor tecnológico, interessadas em se estabelecer na região central da cidade (Gonsalves; Dellagnelo, 2025). Essa orientação torna-se particularmente visível quando se observam as práticas administrativas e fiscais associadas ao projeto.

Dentre as iniciativas previstas, destacam-se a criação de um centro de inovação voltado à incubação de empresas, a restauração de edifícios históricos, a instalação de cabeamento elétrico subterrâneo, a oferta de Wi-Fi gratuito e melhorias no calçamento urbano. Soma-se a essas ações a adoção de incentivos fiscais específicos, como a aprovação, em 2020, da Lei Complementar Municipal nº 686, que institui o chamado “IPTU Zero para Startups” instaladas no perímetro do programa Centro Sapiens.

A referida legislação autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais a empresas de economia criativa enquadradas como startups ou empresas de inovação localizadas na área delimitada do projeto, configurando um mecanismo concreto de alocação seletiva de recursos públicos e de renúncia fiscal em favor de determinados segmentos econômicos. Segundo declaração do então secretário municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável, José Henrique Domingues Carneiro, tais incentivos seriam justificados pela expectativa de geração de emprego, renda e visibilidade nacional para a cidade no setor tecnológico<sup>4</sup>.

Além dos incentivos fiscais, observa-se que esse movimento da economia criativa como eixo estratégico do desenvolvimento local também se consolida no plano normativo mais amplo do ordenamento urbano. A Lei Complementar nº 739, de 2023, ao alterar a Lei Complementar nº 482, de 2014, consolidou o processo de revisão do Plano Diretor de Florianópolis, incorporando explicitamente a economia criativa como um dos setores prioritários das estratégias de desenvolvimento econômico e social do município. A nova redação estabelece que “[...] os serviços ligados à economia criativa, desenvolvimento tecnológico, saúde, educação, assistência social, cultura, turismo e lazer devem ser considerados como atividades estratégicas do desenvolvimento econômico e social de Florianópolis”<sup>5</sup>

À luz da Teoria Política do Discurso, a inserção da economia criativa no Plano Diretor pode ser compreendida como um movimento de fixação de sentidos, por meio do qual determinadas

4 Declaração disponível em: <https://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=15961>. Acesso em: 19 fev. 2026.

5 Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2023/74/739/lei-complementar-n-739-2023-altera-a-lei-complementar-n-482-de-2014-plano-diretor-de-florianopolis-e-consolida-seu-processo-de-revisao?q=economia%20criativa>. Acesso em: 20 fev. 2026.

concepções de desenvolvimento são estabilizadas e naturalizadas no principal instrumento de planejamento urbano da cidade. Ao ser formalmente inscrita no Plano Diretor, a economia criativa passa a orientar decisões sobre uso e ocupação do espaço, prioridades de investimento público e a própria atuação do poder municipal. Embora a norma inclua nominalmente setores como cultura, turismo e lazer, a análise empírica sugere que essa inclusão ocorre de maneira assimétrica, uma vez que os mecanismos concretos de incentivo e operacionalização permanecem concentrados nos segmentos vinculados à inovação tecnológica e à lógica da competitividade econômica.

O projeto do Centro Sapiens evidencia como o discurso da economia criativa se materializa em políticas urbanas, instrumentos fiscais e dispositivos normativos, operando como prática organizadora do espaço urbano. Tal processo reforça a articulação hegemônica em torno de um projeto de desenvolvimento que privilegia determinados atores e setores econômicos, ao mesmo tempo em que marginaliza demandas historicamente formuladas por segmentos do campo cultural que não se alinham aos critérios de inovação, rentabilidade e desempenho econômico.

O projeto Centro Sapiens teve sua duração até 2020, ano em que foi sucedido pelo Projeto Distrito 48, que dá continuidade às ações empreendidas pelo projeto anterior, mantendo o objetivo de transformar a região central da cidade em uma referência na área de economia criativa e inovação. A iniciativa evidencia a intenção de posicionar a região como referência em economia criativa atendendo a interesses econômicos. Um dos aspectos centrais deste último projeto, é o fato de que ele articula organizações que tiveram envolvimento direto em praticamente todos os marcos anteriormente destacados, tais como: Associação FloripAmanhã, CDL, universidades (UDESC e UFSC), SEBRAE, Floripa Convention & Visitors Bureau, Floripa Conecta, Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF), ACATE e Prefeitura Municipal.

Importante destacar que, para além destes atores envolvidos no segmento da tecnologia, o discurso da economia criativa articulou demandas de atores privilegiados no projeto anterior baseado no turismo enquanto chave para articular as estratégias de desenvolvimento. Em 2014, Florianópolis começou a fazer parte da Rede de Cidades Criativas da UNESCO, após iniciativa que partiu de uma articulação liderada pela FloripAmanhã. Desde então, projetos paralelos têm sido desenvolvidos, reconhecendo a gastronomia como um vetor de desenvolvimento e promoção do turismo na cidade. Dentre essas iniciativas, pode-se citar a criação do primeiro Observatório da Gastronomia do Brasil, e a realização, como sede, do I Encontro Brasileiro das Cidades Criativas UNESCO da Gastronomia. Destaca-se que a chancela da UNESCO acaba reforçando a articulação entre turismo e criatividade, permitindo que o projeto anterior tenha uma nova roupagem, sem que seus fundamentos econômicos sejam abandonados.

Outrossim, desde 2019, Florianópolis é sede do movimento Floripa Conecta. O propósito da organização é “fortalecer o desenvolvimento econômico de Florianópolis e região por meio da união de atores importantes do setor de tecnologia, do turismo e toda a indústria criativa” (Mariano, 2023) - no que fica claro o protagonismo destes segmentos identificados e expostos até aqui. Também em 2020, surge o Programa Pacto Floripa, que tem como objetivo buscar a retomada do desenvolvimento de Florianópolis no pós-pandemia, visando tornar a cidade referência no turismo sustentável, tecnologia, economia criativa e saúde e bem viver. Dentre as ações

estratégicas do Pacto, está a busca pelo aperfeiçoamento das vocações da cidade como motor de desenvolvimento, sendo a economia criativa uma delas.

A partir de uma análise mais atenta desses dados, entende-se tais iniciativas como discursivas na medida em que articulam práticas, narrativas e atores em torno de um mesmo projeto de desenvolvimento urbano. São discursivas pois se constituem em uma totalidade estruturada a partir de um processo articulatório (Laclau & Mouffe, 2015). Essa articulação manifesta-se, por exemplo, na recorrência de discursos institucionais que associam inovação, tecnologia e economia criativa à ideia de desenvolvimento e dinamismo econômico. Cabe destacar que, ao mesmo tempo em que amplia a cadeia discursiva em torno do desenvolvimento de Florianópolis, esse processo também acaba gerando exclusões. Demandas historicamente formuladas nos espaços institucionais da política cultural, por exemplo, como aquelas expressas nas Conferências Municipais de Cultura e nas deliberações do CMPCF, não encontram espaço nos instrumentos estratégicos e demais iniciativas analisadas, sendo incorporadas apenas quando compatíveis com a lógica da competitividade, da inovação e do mercado. Nesse sentido, o processo articulatório observado opera de forma seletiva, incorporando interesses de determinados grupos sociais e econômicos e marginalizando outros, especialmente aqueles vinculados ao campo da cultura.

Desde a implementação do Fundo Municipal de Cultura (FMC) em 2010, houve apenas quatro editais lançados com recursos provenientes deste dispositivo - nos anos de 2012, 2018, 2019 e 2021 -, dois dos quais foram relançados em anos posteriores para alocação de saldos remanescentes. Após o lançamento do primeiro edital, em 2012, observou-se uma significativa redução dos recursos destinados às edições subsequentes (CMPCF, 2023). O Plano Municipal de Cultura, elaborado em 2015 e expirado em 2025, tampouco foi atualizado ou revisitado desde sua criação. Entre as metas propostas no plano que não foram atingidas, destaca-se a meta de 3% de dotação orçamentária anual do município para a cultura até o ano de 2023. A estimativa é a de que, neste mesmo ano, a dotação orçamentária para cultura correspondeu a cerca de 0,6% do orçamento municipal. Além disso, o conselho municipal carece de estrutura e orçamento para cumprir com suas funções deliberativa, consultiva, normativa e fiscalizadora, previstas por lei (CMPCF, 2023).

Neste cenário de falta de incentivos, alguns dos eventos culturais recorrentes mais tradicionais da cidade foram descontinuados nos últimos anos, com destaque para o Festival Isnard Azevedo, para a Bienal da Dança, a Festa das Nações e o Festival de Boi de Mamão. Para mais, prédios históricos como o Teatro da UBRO, a Passarela Nego Quirido e a Biblioteca Municipal Professor Barros Filho aguardam por reformas e melhorias estruturais. A implementação de políticas federais de cultura descentralizadoras também encontra desafios. Na 10ª Conferência de Cultura de Florianópolis, realizada em 2023, observou-se relatos e registros do descontentamento dos fóruns setoriais e do CMPCF (2023) com os processos de implementação das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc no município. Posteriormente, o primeiro ciclo de implementação da Política Nacional Aldir Blanc, realizado entre 2024 e 2025, foi atravessado por inúmeras trocas de comando na pasta da cultura no município e pelo descumprimento dos prazos previstos em todos os editais lançados.

Diante de um conjunto significativo de evidências, observa-se que, no contexto local, são priorizados os setores ligados à tecnologia, à inovação, ao turismo e à gastronomia, implicando maior atenção a demandas desses segmentos em detrimento de outras, como aquelas relacionadas

ao campo da cultura. Essa assimetria torna-se evidente quando se contrastam, por exemplo, as políticas de incentivo e apoio direcionadas à indústria tecnológica a partir da década de 2010 com a trajetória de fragilização do FMC, instituído por lei em 2010, bem como com as dificuldades de implementação e consolidação do Sistema Municipal de Cultura.

Nesses termos, no caso específico de Florianópolis, a economia criativa passa a ser mobilizada como um recurso estratégico associado prioritariamente à lógica de mercado, privilegiando investimentos em setores considerados mais competitivos e dinâmicos do ponto de vista econômico. Tal articulação discursiva confere centralidade a áreas como tecnologia, inovação e gastronomia, em detrimento de outras expressões culturais menos alinhadas a critérios de rentabilidade e competitividade. Esse sentido converge com as análises de Dinardi (2019), segundo as quais a crescente valorização de políticas e projetos que articulam inovação, tecnologia e criatividade reflete o aumento do interesse econômico por atividades que têm a criatividade como matéria-prima, frequentemente incentivadas como um “remédio” para contextos de crise.

É a partir dessa dinâmica que o processo analisado pode ser compreendido como um movimento de rearticulação. O discurso da economia criativa mostrou-se capaz de reordenar forças sociais e políticas, antecipando-se, em certa medida, ao esgotamento do modelo anterior, ao mesmo tempo em que contribuiu para a manutenção do protagonismo de determinados atores e para a recorrente dificuldade de incorporar/atender demandas advindas do campo cultural da cidade, conforme já apontado por Pereira e Boppré (2022). O que se observou, portanto, não foi a substituição de um discurso em torno do desenvolvimento baseado no turismo pelo baseado na economia criativa, mas sua reconfiguração, tendo em vista que demandas centrais do discurso anterior, como a busca por geração de emprego e renda na cidade, dinamismo econômico, inserção competitiva nacional e internacionalmente, melhora da infraestrutura da cidade, são mantidas. Trata-se, assim, de um processo de rearticulação hegemônica, no qual novas demandas são incorporadas seletivamente, enquanto outras permanecem à margem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar, a partir da lente da Teoria Política do Discurso, a trajetória do projeto de desenvolvimento local da cidade de Florianópolis na tentativa de compreender os processos articulatórios subjacentes a essa transformação, identificando os movimentos de articulação/exclusão das demandas dos atores do campo da cultura.

Buscamos argumentar que a estratégia de desenvolvimento da cidade foi sendo construída, ao longo dos anos, a partir de articulações discursivas e de formações de cadeias de equivalências que expressam distintos interesses, demandas e perspectivas de diversos sujeitos políticos, econômicos e sociais empenhados em disputar os sentidos e o preenchimento, sempre precário e contingente, do significante “desenvolvimento” no contexto local.

Ademais, foi possível observar que determinados sujeitos acabaram assumindo o protagonismo nas articulações, tais como o poder público municipal, alguns atores econômicos ligados a setores empresariais, sobretudo do turismo, da tecnologia e da gastronomia, bem como instituições

de ensino (como a Universidade Federal de Santa Catarina), organizações da sociedade civil (como FloripAmanhã) e representantes da mídia tradicional local que operam como instâncias que legitimam as estratégias. Em contrapartida, encontram-se os atores do campo da cultura, especialmente aqueles vinculados a manifestações periféricas, os quais aparecem frequentemente tensionando essas articulações, seja sendo parcialmente incorporados, seja tendo suas demandas excluídas ou subordinadas.

Assim, compreende-se, a partir da lente teórica da Teoria Política do Discurso, que a construção discursiva em torno das estratégias de desenvolvimento local em Florianópolis configura-se como um processo social político-discursivo no qual determinadas posições de sujeito adquirem maior capacidade de articulação hegemônica, produzindo uma ordem social que acaba se naturalizando e se consolidando como referência de desenvolvimento.

Ao analisar essa trajetória, foi possível identificar dois momentos centrais: um primeiro, no qual as estratégias de desenvolvimento local se organizaram em torno da construção da vocação turística da cidade, articulada sobretudo por representantes do poder público e de setores econômicos tradicionais, e um segundo momento, no qual o discurso da economia criativa ganha centralidade, reconfigurando as articulações discursivas e incorporando novos atores, ainda que de forma seletiva e desigual.

A partir da análise do processo de construção das estratégias de desenvolvimento de Florianópolis ao longo dos anos, pode-se perceber que a transformação do projeto não se deu por ruptura, mas por meio de um processo de rearticulação hegemônica. Nesse processo de rearticulação, a economia criativa passou a operar como ponto nodal do discurso em torno das estratégias de desenvolvimento da cidade, figurando como central na organização de políticas, programas e iniciativas estratégicas, articulando atores públicos e privados e reorganizando demandas anteriormente estruturadas em torno do turismo, incorporando novos significantes, tais como os de criatividade, inovação, tecnologia e gastronomia, sem, contudo, abandonar os fundamentos econômicos do modelo anterior.

Observou-se, porém, que essa rearticulação ocorreu incorporando demandas compatíveis com a lógica de mercado e da competitividade econômica, marginalizando, como consequência, demandas historicamente formuladas por segmentos do campo cultural, que não se alinham a essa lógica, especialmente aquelas vinculadas à ampliação do financiamento público cultural, à consolidação do Sistema Municipal de Cultura e ao fortalecimento do Fundo Municipal de Cultura, as quais não foram incorporadas nos instrumentos estratégicos analisados. Nesse sentido, ao estabelecer uma determinada ordem, toda hegemonia acaba gerando exclusões e formação de antagonismos.

Deste modo, conclui-se que a rearticulação discursiva em torno da economia criativa foi capaz de ampliar a cadeia de equivalência do projeto de desenvolvimento ao incorporar novos atores e significantes, mas manteve à margem demandas que não se alinham à lógica econômica predominante. Em contraste com o projeto anterior, cujos impactos socioambientais e culturais passaram a ser confrontados por um conjunto diverso de atores sociais, o discurso de cidade criativa parece não se configurar como um 'inimigo comum' para os setores organizados da sociedade civil no município. Esse movimento promoveu um isolamento das formas de resistência e foi capaz de obnubilar, em alguma medida, os limites de exclusão do projeto. Simultaneamente, trata-se de

um movimento que evidencia a natureza contingente e precária das formações hegemônicas, bem como as limitações do atual projeto.

O campo em torno da economia criativa também é um campo em disputa, constituído por diferentes sujeitos políticos que lutam para fixar determinado conteúdo que represente suas demandas. Especificamente para o campo da administração, este estudo busca contribuir para mostrar que a própria trajetória da articulação discursiva em torno das estratégias de desenvolvimento local de Florianópolis pode ser compreendida como uma forma de organização. Ao estabelecer relações (equivalências) entre demandas, atores e significantes, os processos articulatórios produzem uma determinada ordem de como as coisas devem ser, definem prioridades e estabilizam sentidos que orientam decisões. Ao compreender a articulação como uma forma de organização, o estudo contribui para ampliar a noção de organização para além das estruturas formais, evidenciando como disputas discursivas envolvem a busca por formação de alianças estratégicas e a delimitação de fronteiras entre “nós x eles”, definindo o que será reconhecido como agenda legítima de desenvolvimento.

A análise da trajetória do projeto de desenvolvimento de Florianópolis contribui, ainda, para as reflexões acerca das relações entre o discurso da economia criativa e os interesses dos atores do campo da cultura, lançando luz à importância de perspectivas críticas e comprometidas com as demandas do setor cultural neste debate.

Como limitações, o recorte documental adotado e a ausência de uma investigação mais aprofundada sobre a percepção dos atores do campo cultural diretamente impactados pelo processo. Assim, para pesquisas futuras, pode-se incluir entrevistas com atores do campo cultural e gestores públicos, bem como ampliar o estudo incluindo comparativos com outras cidades que têm adotado a estratégia de desenvolvimento pautada na economia criativa.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina e à Fundação Coordenação de Pessoal de Aperfeiçoamento de Nível Superior.

---

## REFERÊNCIAS

---

- Albuquerque Filho, J. B., & Machado-da-Silva, C. L. (2009). Práticas organizacionais e estrutura de relações no campo do desenvolvimento metropolitano. *Revista De Administração Contemporânea*, 13(4), 626–646. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552009000400007>.
- Andrade Neto, G. P., & Pereira, E. M. (2021, outubro). Capital e crescimento urbano em Florianópolis: atores e conteúdo de um pensamento estruturado. *Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia*. João Pessoa, PB, Brasil.
- Assis, L. P. (2000). *Planos, Ações e Experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/78670?show=full>.
- Barcellos, R. D. M. R. D., Dellagnelo, E. H. L., & Salles, H. K. D. (2017). Reposicionando conceitos: a organização fora dos eixos. *Revista de Administração de Empresas*, 57, 10-21. <https://www.scielo.br/j/rae/a/j5NJDfXmWvK4Jk-wdFmq73tC/>.

- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bridgman, T. (2007). Freedom and autonomy in the university enterprise. *Journal of Organizational Change Management*, 20(4), 478-490.
- Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis. (2023). *Carta aberta do Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis*. [Apresentada na X Conferência Municipal de Cultura de Florianópolis]. <https://desacato.info/carta-aberta-do-conselho-municipal-de-politicas-culturais-de-florianopolis/>.
- Contu, A., Palpacuer, F., & Balas, N. (2013). Multinational corporations' politics and resistance to plant shutdowns: A comparative case study in the south of France. *Human relations*, 66(3), 363-384.
- Da Silva, J. F., & Muzzio, H. (2023). Uma cidade criativa para potencializar o desenvolvimento local sustentável. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, 29(1). <https://doi.org/10.1590/1413-2311.378.122393>
- Dellagnelo, E. H. L., Böhm, S., & Mendonça, P. M. E. D. (2014). Organizing resistance movements: contribution of the political discourse theory. *Revista de Administração de Empresas*, 54, 141-153. <https://www.scielo.br/j/rae/alf8xjxhGfp9JN8rzLTNJCry/?lang=en>.
- Dinardi, C. (2019) Creativity, informality and cultural work in Rio de Janeiro's favelas. *International Journal of Cultural Studies*, 22 (2), 54-71.
- FAPESC. (2024). *Projeto Rota da Inovação aposta na criatividade em Florianópolis*. <https://fapesc.sc.gov.br/2101-projeto-rota-da-inovacao-aposta-na-criatividade-em-florianopolis/>.
- Ferreira, F. A. C. (1992). Avaliação do impacto socioambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina: estudo de caso do Projeto Jurerê Internacional. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://mobile.repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76899>.
- Fischer, Tânia (Org.). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002
- Florida, R. (2012). *The rise of the creative class*. Basic Books.
- Floripa 2030. (2008). *Floripa 2030: Agenda Estratégica de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis na Região*. Florianópolis. <https://floripamanha.org/prioridades-floripamanha/floripa-2030/>.
- Franz, A. H., & Dellagnelo, E. H. L. (2024). Transformando Florianópolis em uma cidade criativa de fato: articulações discursivas em torno da rede de economia criativa na cidade de Florianópolis. *Século XXI—Revista de Ciências Sociais*, 14(1), 37-56. <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/88483>.
- Gonçalves, A. K. R., & Dellagnelo, E. H. L. (2025). A influência das paixões e afetos no processo de articulação política: uma análise do Movimento #vivacentroleste. *Plural*, 32(2), 252-271. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2025.241292>
- Gramsci, A. (2006). *Cadernos do cárcere*. Civilização Brasileira.
- Harvey, D. O direito à cidade. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012.
- Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins. *Organization*, 13(4), 463-488. <https://doi.org/10.1177/1350508406065851>
- Jones, O., Jones, S., & Grint, K. (2020). Understanding sovereign leadership as a response to terrorism: A post-foundational analysis. *Organization*, 27(4), 537-556.
- Josefsson, I., & Blomberg, A. (2020). Turning to the dark side: Challenging the hegemonic positivity of the creativity discourse. *Scandinavian Journal of Management*, 36(1).
- Justen, C. E. (2017). *Um olhar político sobre o fenômeno organizacional: a organização da resistência do movimento Ponta do Coral 100% Pública*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182066>.
- Kong, L., Gibson, C., Khoo, L. M., & Semple, A.-L. (2006). Knowledges of the creative economy: Towards a relational geography of diffusion and adaptation in Asia. *Asia Pacific Viewpoint*, 47(2).
- Lacerda, C. C. D. O., & Mello, S. C. B. D. (2020). Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r] existência. *Organizações & Sociedade*, 27, 787-819.
- Laclau, E. (2011). *Emancipação e diferença*. Ed. UERJ.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2015a). *Hegemonia e Estratégia Socialista*. Ed. Intermeios.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2015b). Pós-marxismo sem pedido de desculpas. *A teoria do discurso de Ernesto Laclau: Ensaio e entrevistas*. (pp. 35-77). Anablume.
- Lefebvre, Henri. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.
- Lenzi, M. H., & Cargnin Gonçalves, T. (2011). Florianópolis: As imagens turísticas e a urbanização turística do “paraíso”. *Revista Geográfica de América Central*, 2, <https://www.redalyc.org/pdf/4517/451744820838.pdf>.

- Lenzi, M. H., Gonçalves, T. C., & Andrade Neto, G. P. de. (2023). De “sol e mar” a “Ilha do silício”: Narrativas midiáticas na promoção de Florianópolis (1975-2020). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 25. <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/VNp5zvRwmf6jZHKLGk4WMBj/?lang=pt>.
- Locks, E. B. D., & Tonini, H. (2006). Imagem e turismo: Um breve estudo do destino Florianópolis, Brasil. *Anais do IV SeminTUR: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Caxias do Sul, RS, Brasil. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/3/97.pdf>.
- Madeira, M. G. (2014). *Economia criativa: Implicações e desafios para a política externa brasileira*. FUNAG.
- Mariano, T. (2023, julho). *O poder da economia criativa em SC*. Economia SC. <https://economiasc.com/2023/07/14/o-poder-da-economia-criativa-em-sc/> Acesso em 26 abril 2024.
- Martins, R. D'A., Vaz, J. C., & Caldas, E. L. (2010). A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. *Revista de Administração Pública*, 44(3), 559–590.
- Meirelles, R. S. A. (2016). Turismo de massa em Florianópolis e consequências culturais, socioeconômicas e ambientais [Monografia de graduação, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174336>.
- Mould, O. (2015). *Urban subversion and the creative city*. Routledge.
- Oliveira, A. L. (2016). *Discurso da criatividade: Lógicas de produção, convocações para o consumo e gestão de si* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. <https://www.ufrgs.br/bimc/omeka/items/show/5345>.
- Pereira, E., & Boppré, A. (2022). A disputa de hegemonia em Florianópolis. *Geosul*, 37(82), maio-agosto. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/84721>.
- Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2024). Plano estratégico do turismo de Florianópolis: Visão 2033. [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26\\_11\\_2025\\_17.11.49.65fe6f364e20e0284efb706eccfa0f15.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/26_11_2025_17.11.49.65fe6f364e20e0284efb706eccfa0f15.pdf)
- Rodrigues, L. P., & Coelho, G. (2016). A teoria do discurso como possibilidade de compreensão do campo curricular nesta contemporaneidade. *Teorias e práticas sociológicas*. Max Limonad.
- Sanfelici, D. (2017). Um olhar crítico sobre as repercussões urbanas das políticas de distritos criativos. *Revista del Área de Estudios Urbanos*, 7. <https://www.redalyc.org/pdf/5596/559676628004.pdf>.
- Sant'Anna, A. S. (2023). Leveraging Sociocultural and Symbolic Capitals for Innovation-Led Economic Transformation: a Comparative Study of Nova Lima (Brazil) and Lafayette (US). *Revista de Administração FACES Journal*, 22(4).
- Saraiva, L. A. S., & Enoque, A. G. (2019). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Barlavento.
- SC Inova. (2024). “Berço” do setor de tecnologia em Florianópolis expande capacidade para receber negócios inovadores. <https://scinova.com.br/berco-do-setor-de-tecnologia-em-florianopolis-expande-capacidade-para-receber-negocios-inovadores/>.
- Schlesinger, P. The creative economy: invention of a global orthodoxy. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, v. 30, n. 1, p. 73-90, 2017.
- Silva, E. C. (2016). Governança metropolitana no Grande ABC: o desafio. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 12(2). <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/download/2321/524/4890>.
- Siqueira, D. J. (1999). *Um passeio pela grande Florianópolis: Homenagem aos 500 anos do Brasil*. Papa-Livro.
- SOS Naufragados. (2015). *Pela legalização da permanência das 33 famílias de Naufragados*: Abaixo-assinado iniciado destinado ao Ministério Público Federal. Florianópolis.
- Sugahara, C. R., & Rodrigues, E. L. (2019). Desenvolvimento sustentável: Um discurso em disputa. *Desenvolvimento em Questão*, 17(49). <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8244>.
- Tregidga, H., Milne, M. J., & Kearins, K. (2018). Ramping up resistance: Corporate sustainable development and academic research. *Business & Society*, 57(2), 292-334.
- Tregidga, H., Milne, M., & Kearins, K. (2014). (Re) presenting ‘sustainable organizations’. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 477-494.
- Tremblay, G. (2011). Industrias culturales, economía creativa y sociedad de la información. *Poder, medios, cultura: Una mirada crítica desde la economía política de la comunicación*. Paidós.
- Willmott, H. (2005). Theorizing contemporary control: Some post-structuralist responses to some critical realist questions. *Organization*, 12(5), 747-780.
- Zanella, C. C. (1999). *O discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81282?show=full>.